

Sócios Ocultos *Economia Brasil*

Enquanto o país é bombardeado com denúncias sobre fraudes em compras de talhas, bicicletas e mochilas, e reformas de residências da alta burocracia em Brasília, uma enxurrada de operações não ortodoxas e uma orgia de despesas salariais nas empresas públicas vêm afogando as metas de gastos públicos. Fiando-se nos reajustes reais das tarifas, as estatais deram generosas antecipações salariais e comprometeram rapidamente suas previsões orçamentárias, demonstrando falta de seriedade na gestão da coisa pública.

Quando os orçamentos estouraram, algumas estatais deixaram de pagar as dívidas internas e externas, na suposição de que o Tesouro Nacional o faria, como avalista. A decisão do Ministério da Economia, bloqueando semana passada as contas bancárias da Eletrobrás, por falta de pagamento, ao Banco Central, do equivalente em cruzeiros aos juros da dívida externa, foi um recado de que é para valer a austeridade destinada a derrubar a inflação e a alcançar as metas prometidas ao FMI.

A verdade é que o esforço de austeridade do Ministério da Economia e do Banco Central passa ao largo das preocupações da burocracia estatal e de largos setores do empresariado, que se acostumaram a ganhar dinheiro em projetos, encomendas e negócios com as empresas estatais. Todos querem ser sócios majoritários, mas ocultos, dos gastos públicos e privatizar os lucros da alta de preços decorrente, porque é mais fácil dar notoriedade aos ladrões de galinha que aos que desviam dinheiro público.

As relações entre o setor privado e o Estado brasileiro no período autoritário foram estruturadas sob verdadeira ficção econômica. Por isso, é tão difícil modernizá-las com a urgência exigida pela abertura da economia nacional. Os oligopólios e estruturas cartoriais públicas e privadas resistem à modernidade, contaminados pela deturpada teia moral do mau funcionamento do capitalismo no país.

O Estado não pode continuar desempenhando

o papel de agente regulador da poupança nacional, cobrando impostos e se endividando em empréstimos bancários e títulos, para transferir a maior parte das suas despesas para grupos empresariais que privatizam lucros astronômicos à sombra do guarda-chuva do Estado, dividindo as comissões com intermediários e burocratas que deveriam zelar pelos cofres públicos.

As comissões nas talhas, bicicletas e mochilas são quase nada diante das comissões e subfaturamentos nas exportações e os superfaturamentos nas importações, com intermediação de bancos públicos, e nos contratos de obras públicas, com empreiteiras e no fornecimento de equipamentos às grandes estatais. Nas operações dos fundos de pensão das estatais, cujo patrimônio fabuloso foi constituído com origem em recursos do Tesouro, afloram a toda hora denúncias de escandalosas manipulações de preços na compra de ativos financeiros ou de imóveis.

O Brasil atravessou a última década com flagrante queda de produção e renda, mas tanto a elite empresarial como a casta dos empregados amparados pela estabilidade no setor público insistem em viver acima do padrão da média nacional. O setor privado vem se ajustando a duras penas, mas o gordo e inchado setor público resiste à dieta de emagrecimento.

O exemplo mais claro dessa assimetria inaceitável se dá no sistema financeiro: desde 1986 os bancos privados passaram por duro saneamento, demitindo mais de 200 mil funcionários no Plano Cruzado e 150 mil no ano passado, depois do fim do *overnight* e dos ganhos extras da inflação.

Os bancos federais e os estaduais, no entanto, estão ampliando o quadro de funcionários e a participação das despesas salariais, numa total inversão de valores. Já era tempo de que os governadores estaduais estivessem convencidos de que o corte de despesas desnecessárias, em bancos oficiais, pode ser a fonte de recursos que faltam para a realização de relevantes obras sociais.

14 FEB 1992

JORNAL DO BRASIL